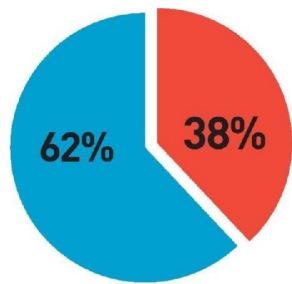




Grande Porto	Periodicidade: Semanal	Temática: Política
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1051
	Âmbito: Regional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 30000	Página (s): 20/21



O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, tem condições para continuar no cargo?

62% (13 respostas) responderam SIM

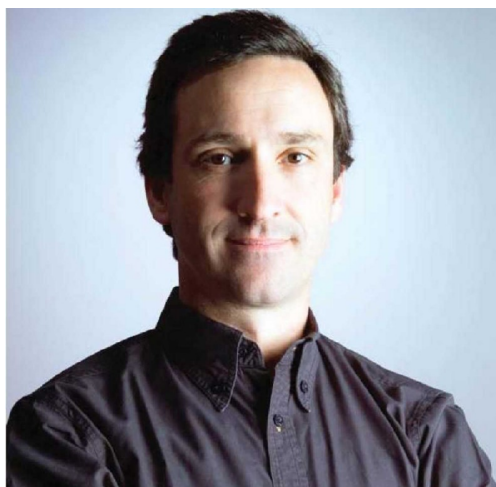
38% (8 respostas) responderam NÃO

SIM

O Painel é uma iniciativa do GRANDE PORTO e é formado por um conjunto de personalidades que todas as semanas responde a uma pergunta sobre a actualidade que é enviada pela Direcção do jornal por meio electrónico. Os resultados são publicados neste espaço como contributo para uma discussão mais informada sobre os temas que geram controvérsia na sociedade portuguesa

Carlos Furtado
Empresário

Condições de Pinto Monteiro “no limite”



Carlos Furtado, empresário, considera que o procurador-geral da República, Pinto Monteiro, tem condições de continuar no cargo, no entanto, como refere, “está no limite dos limites, porque as confusões são muitas”.

Segundo o empresário, deveria existir um esclarecimento cabal e aprofundado de todas as problemáticas, pois, como lembra Carlos Furtado, “tem havido muitas dúvidas e há informações contraditórias que o Procurador não esclarece”.

Defendendo que Pinto Monteiro tem que manter uma postura de imparcialidade, isenção e ser “um garante de que todos somos iguais perante a lei”, o empresário condena o comportamento do procurador-geral, acusando-o de, nos últimos tempos, “ter ido ao arrepio destes princípios”.

Carlos Furtado diz que Pinto Monteiro demorou imenso tempo a decidir se divulgava ou não as escutas, emitiu comunicados ao sábado à noite, “em períodos de pouca receptividade da opinião pública”, e escondeu durante três dias o arquivamento das escutas.

Apesar destes aspectos, o empresário defende a continuidade de Pinto Monteiro, no entanto adianta que este poderia colocar o seu lugar à disposição, mas “o caso tomaria outros contornos”.

Para Carlos Furtado, como o cargo de procurador-geral da República assenta na dupla confiança do Governo e da Presidência da República, “seria altura de a mais alta figura do Estado, Aníbal Cavaco Silva, tomar uma posição sobre estes folhetins que têm atravessado a justiça portuguesa”.

MANUEL QUEIRÓ

Professor universitário

Sim. Enquanto tiver a confiança do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, é do interesse da estabilidade das instituições que permaneça.

ANTÓNIO BORGES

Presidente CM Resende

Sim. Sempre que um magistrado aplique uma pena ou tome uma decisão com a qual não concorde não é razão para se demitir. Generalizando seria o fim do Estado de Direito ou a mensagem que convém a alguém passar no momento.

JOÃO ANACORETA CORREIA

Advogado

Sim. Claro que sim. O problema do país, da crise, da credibilidade e da liderança política não está no PGR mas sim no primeiro-ministro.

JOÃO SEMEDO

Deputado BE

O PGR é uma escolha do Governo e do Presidente da República. São eles que avaliam o mandato e as condições para a sua continuidade. A crise da justiça vai muito para além das magistraturas e do exercício do PGR e não deve ser agravada nem poluída pela controvérsia em torno de outros problemas da actualidade política.

ANTÓNIO REIS

Actor

Sim. O nosso país é pródigo, ao fim de algum tempo e através dos seus agentes políticos, a pedir a demissão de tudo e de todos. Neste caso, deixem a justiça funcionar e pensem serenamente em tornar as leis em vigor mais céleres e eficazes.

FORTUNATO FREDERICO

Presidente da APICCAPS

Sim. O disse que disse ainda não é prova para andar a demitir pessoas.

PEDRO TRIGO

Jornalista

O procurador-geral tem exactamente as mesmas condições para se manter no cargo que Sócrates tem para seguir sendo primeiro-ministro. E quando um ficar sem condições o mesmo sucede ao outro. Estão gémeos na verdade ou na mentira.

MÁRIO MELO ROCHA

Professor universitário

Sim, porque não consegue passar sem protagonismo quase político e porque em país de águas mansas as condições, se não existem, fingem-se. E não são só os poetas que são uns fingidores...

FERNANDO JESUS

Deputado PS

O senhor procurador-geral da República, Dr. Pinto Monteiro, tem, obviamente, todas as condições para continuar no cargo. Aliás, não sei porque não haveria de ter. Só se fosse porque ainda não conseguiu evitar que se cometa o crime de violação do segredo de justiça, que, conforme a opinião expressa por diversos comentadores, sistematicamente tem sido cometido, alimentando assim um plano, esse sim oculto, para derrubar o Governo e o Primeiro-Ministro José Sócrates. Há um ditado popular que diz que “quem não caça com cão, caça com gato”. Parece ser este o aforismo utilizado por forças ocultas que se escondem por trás de notícias sem rosto para – não conseguindo derrubar o PS e José Sócrates por via das ideias, que não têm para, seduzir os portugueses em eleições –, recorrer a estes processos indignos para o tentar. Resta-nos a lucidez dos portugueses que, estou certo, não se deixarão manipular por processos mesquinhos.

Pinto Monteiro passa, mas não convence

O Painel do GRANDE PORTO é da opinião de que o procurador-geral da República ainda tem condições para se manter no cargo, não obstante as inúmeras polémicas em que tem sido envolvido. As já famosas escutas, em que o primeiro-ministro, José Sócrates, e as suas conturbadas relações com a

Comunicação Social eram postas em causa, trouxeram Pinto Monteiro e a magistratura para a ribalta. A questão que mais se coloca tem a ver com a noção de que há uma Justiça diferenciada para diferentes tipos de cidadãos. E o descrédito do sistema judicial pode ser fatal para o bom funciona-

mento do Estado de Direito. Se bem que o Painel do GRANDE PORTO ainda absolve Pinto Monteiro, vão-se multiplicando as nuvens no horizonte. Para muita gente começa a ser muito mais parte do problema que da solução. E a posição de Pinto Monteiro começa a ser quase insustentável...

O silêncio é de ouro

ROGERIO GOMES |

Pinto Monteiro chegou ao limite do razoável na sua actuação enquanto Procurador-Geral da República? A resposta deve ser procurada antes de mais na própria vontade. Isto é: se o procurador em consciência acha que sim, pois assim seja. O que podemos achar estranho é que ele pense desta maneira.

Desde a sua tomada de posse – lembram-se da enigmática afirmação de que não sabia se o seu gabinete estava sob escuta? –, Pinto Monteiro fala demais. A Justiça, por tradição e definição, deve ser discreta e apenas tem que falar quando em causa estão esclarecimentos fundamentais para o bom entendimento do seu funcionamento ou em causa estão valores essenciais. Um responsável superior do nosso sistema não pode falar por tudo e por nada e tem que resistir ao microfone ou às câmaras de televisão.

E é evidente que quem fala muito e muitas vezes não pode deixar de cair em contradições.

O Procurador-Geral da República é o representante legal do Estado na investigação, elaboração de processos e acusação dos crimes públicos. É a ele, ou a quem ele delega, que em última análise competem a ponderação e a decisão de acusar. E esta responsabilidade tem que ser tomada em recolhimento, longe dos media e do ruído que estes inevitavelmente geram.

É isto que Pinto Monteiro nunca conseguiu impor nem aos seus colaboradores mais próximos nem a si mesmo. Ou os nomes de Fátima Van Dunen, Cândida Almeida ou Maria José Morgado não são estranhamente tão conhecidos e mesmo populares junto da opinião pública?

Pinto Monteiro pode não saber nem admitir. A verdade é que o seu tempo já passou. E é uma pena que não saiba sair em tempo próprio.

NÃO

JOÃO COSTA
Presidente da ATP

Sim. Não pode pôr-se em causa o PGR sempre que há processos que envolvem políticos ou outras figuras públicas de relevo. Tais processos, porque inevitavelmente polémicos – natural ou artificialmente –, exigem do PGR uma elevada probidade, frieza, contenção e equilíbrio, o que não é compatível com a recorrente colocação do cargo em crise e o propósito de substituição do seu titular com objectivos políticos.

RAFAEL DE SOUSA FALCÃO
Juventude Popular

Sim. No estado em que as coisas estão, com o nível e a integridade que os nossos representantes no poder demonstram, Pinto Monteiro é o procurador-geral da República que merecemos.

PAULO RAMALHO
Vereador PSD da CM Maia

O princípio deve ser o da não substituição do procurador-geral em funções, a não ser numa situação muito excepcional. Por outro lado, o momento político actual não é nada favorável à substituição do procurador-geral. Todavia, não deixa de ser verdade que a actuação do Dr. Pinto Monteiro, nas últimas semanas, tem sido algo infeliz, em alguns momentos até desastrosa, o que o deixa numa situação de grande fragilidade.

Luís Miguel Novais
Advogado

“Procurador-geral errou letalmente”

Luís Miguel Novais, advogado, entende que a magistratura ganha valor com a transparência e que “em caso algum se deve querer que os tribunais fiquem fechados e se tornem incompreensíveis para os cidadãos”.

Para o advogado, a justiça será tanto mais uma realidade, quanto mais os cidadãos a compreendam, pelo que, como sublinha, “é importante que os fundamentos das decisões sejam conhecidos, pois é isso que faz com que as pessoas compreendam quando foi feita justiça”.

Referindo-se especificamente à continuidade ou não de Pinto Monteiro no cargo de procurador-geral da República, Luís Miguel Novais considera que o Procurador, tendo tido a notícia de um crime, deveria ter aberto um inquérito. “Em Portugal, ao contrário dos EUA, vigora o princípio da

legalidade e não o da oportunidade. Nos EUA existe a negociação da continuidade de um processo, mas em Portugal não existe, pelo que, sempre que há notícia de um crime, o Ministério Público deve abrir um inquérito”, explicou.

Lembrando que o caso que envolve o procurador-geral poderá ser excepcional no quadro da República, uma vez que houve notícia de um crime praticado pelo primeiro-ministro, o advogado sublinha, uma vez mais, que “Pinto Monteiro deveria ter aberto um inquérito e não ter decidido não o abrir”.

Luís Miguel Novais considera que se percebe “que nem todos os magistrados estão de acordo com o procedimento do Procurador”. “Daí que eu entenda que deve sair pelo próprio pé, condignamente, como juiz conselheiro que é, pois errou letalmente”, afirma.

RUI AMARAL
Militante PSD

O procurador-geral e os seus adjuntos não dispõem das condições pessoais e institucionais para induzirem a independência e a eficácia do MP cuja estrutura deles hierarquicamente depende.

SAMPAIO PIMENTEL
Vereador CDS/PP da CM Porto

Claro que não! A percepção existente de que a “Justiça” protege o poder político tem, actualmente, o seu expoente máximo no PGR. Ainda que tal leitura possa ser injusta...

CARLOS ABREU AMORIM
Professor universitário

Não. Enredou-se de tal modo nas suas próprias fintas à Justiça que acabou politicamente estatelado. Se quiser manter uma restia de dignidade, sai quanto antes.

JOÃO PAULO MEIRELES
Juventude Social Democrata

Não. Com todo o respeito pelas magistraturas, o PGR, com a sua actuação, tem sido muito mais parte do problema do que da solução.

JOÃO RIBEIRINHO SOARES
Juventude Popular

Pinto Monteiro não tem condições para continuar em funções. A justiça portuguesa está podre, começando no bastonário da Ordem dos Advogados, passando pelo MP, PGR e tribunais. (...) A justiça é um dos principais problemas na competitividade do país.

PEDRO BAPTISTA
Dirigente PS/Porto

Penso que não. Perdeu boa parte da credibilidade pública.



**RESPOSTERAM
NÃO AINDA:**

Bernardino Vasconcelos